



O precedente do STJ e os efeitos de um parecer contábil negligente

11/04/2025

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) proferiu recentemente uma decisão de grande impacto no mercado financeiro ao condenar a empresa de auditoria contábil KPMG e um de seus sócios ao pagamento de uma indenização milionária a um investidor prejudicado pela suposta solidez financeira do Banco BVA. Trata-se de um caso que envolve (a falta de) uma auditoria independente na estrutura de governança corporativa e a necessidade de maior rigor na emissão de pareceres contábeis.

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Especial nº 1.931.678 e confirmada pela 3ª Turma do STJ, que manteve o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). E esta condenação gira em torno da emissão de pareceres sem ressalvas acerca das demonstrações financeiras do Banco BVA, o que teria mascarado sua real situação de instabilidade e induzido investidores a erro.

O caso foi levado ao Judiciário por uma holding agropecuária que investiu R\$ 3,5 milhões em CDBs do Banco BVA, confiando nos relatórios da KPMG. Pouco tempo depois, o Banco Central interveio na instituição em razão de uma crise financeira já existente. Alegou-se que, caso a auditoria tivesse identificado e divulgado as fragilidades da instituição bancária, os investidores poderiam ter evitado os prejuízos.

Falha de auditoria comprovada

Vale destacar que, durante o julgamento, o ministro Villas Bôas Cueva acompanhou o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, reforçando que o acórdão do TJ-SP comprovou a falha da auditoria ao omitir informações. Afinal, pareceres contábeis são mais do que simples formalidades e funcionam como um selo de credibilidade para o mercado. Portanto, devem refletir com precisão a realidade econômica da empresa auditada.

Um grande ponto nesta discussão consiste no fato de que a ausência de ressalvas nos relatórios contábeis pode criar um ambiente de falsa segurança para os investidores, comprometendo a estabilidade do sistema financeiro. É fundamental que auditores atuem com rigor e responsabilidade, adotando uma postura proativa na verificação das demonstrações financeiras e garantindo transparência ao mercado.

Desse modo, tal precedente do STJ agora frisa que auditores não são meros verificadores de balanços, mas agentes essenciais na prevenção de riscos financeiros. É imperativo que as auditorias não apenas assegurem a conformidade formal dos balanços, mas também garantam a fidedignidade das informações prestadas ao mercado.

Spacca



opinião

Responsabilização por negligência

Outro ponto é que a condenação da KPMG sinaliza uma tendência crescente de responsabilização das firmas de auditoria por negligência ou imperícia na emissão de relatórios financeiros. O aprimoramento das práticas regulatórias e do escrutínio mais rigoroso por parte dos órgãos fiscalizadores se faz necessário, fortalecendo a governança corporativa e protegendo os interesses dos investidores.

Por fim, no âmbito tributário, sabemos que a auditoria acaba por desempenhar um papel fundamental, sobretudo diante da complexidade da legislação fiscal e das estratégias de planejamento tributário adotadas pelas empresas. A linha entre elisão fiscal (lícita) e evasão fiscal (ilícita) é tênue, e a transparência das demonstrações financeiras é um dos pilares para a prevenção de fraudes.

Na linha de que haja segurança jurídica para investidores e empresas, o STJ acerta ao buscar garantir a qualidade e a veracidade das informações auditadas. Cabe agora às empresas também adotar métodos mais eficazes e implementar tecnologias avançadas para assegurar que as auditorias sejam conduzidas com precisão, imparcialidade e confiabilidade. Este é o caminho seguro.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-abr-11/o-precedente-do-stj-e-os-efeitos-de-um-parecer-contabil-negligente/>